

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1441 | 30/07/2018 a 05/08/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



PLANO DIRETOR

PROPOSTAS PARA OS PRÉ-CANDIDATOS

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Assim como o planejamento da safra, que começa muito antes do plantio em si, os projetos e ações futuras para a continuidade do crescimento e desenvolvimento do agronegócio paranaense também precisa de antecedência. Ciente disto, a FAEP, como acontece em todas as eleições para governador, elaborou o 'Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022', com propostas e contribuições de técnicos da entidade e dos Sindicatos Rurais. Na última semana de julho, esse documento foi entregue, em mãos, aos três principais pré-candidatos ao posto máximo no Paraná.

Mais do que uma série de propostas, o documento serve como uma bússola para o futuro do agronegócio estadual. É de conhecimento público, inclusive da administração estadual, que o setor tem peso significativo na economia do Estado. No entanto, alguns nós precisam ser desatados para dar mais lastro e envergadura para a agropecuária do Estado. Potencial para produzir ainda mais o campo tem, pois os agricultores e pecuaristas continuam investindo, tanto em capacitação, como em cursos do SENAR-PR e infraestrutura.

O segundo momento desta preparação para futuro do agronegócio paranaense irá acontecer no dia 13 de agosto. Na ocasião, os pré-candidatos terão uma hora para detalhar suas propostas e projetos para o setor diante de centenas de lideranças sindicais de todos o Estado. Agora é aguardar para conferir.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1441:

Fernando Santos, Milton Dória, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE



PLANO DIRETOR

FAEP, com proposta dos Sindicatos Rurais, elabora documento para colaborar com o plano de governo dos três principais pré-candidatos

PÁG. 6

PORTOS

Consultor da FAEP assume a presidência do Conselho Administrativo da APPA pelos próximos dois anos

Pág. 3

CADASTRO

Termo de cooperação assinado entre Adapar e IAP, por solicitação da FAEP, irá facilitar a vida dos produtores

Pág. 4

CRÉDITO

Números comprovam que o Paraná segue como o maior tomador de financiamentos rurais do Brasil

Pág. 11

ENERGIA

Lei estadual isenta de ICMS todas as formas de geração de energia, inclusive no campo

Pág. 12

PROSOLO

Curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográfica abre cinco novas turmas

Pág. 17

Representante da FAEP assume Conselho de Administração da APPA

Engenheiro agrônomo Nilson Hanke Camargo ficará no posto por dois anos



O engenheiro agrônomo e consultor da FAEP, Nilson Hanke Camargo, foi alçado ao posto de presidente do Conselho Administrativo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Camargo foi eleito por unanimidade pelos demais conselheiros, no dia 26 de julho, durante a 47ª reunião ordinária do conselho de administração da entidade portuária. A APPA é uma empresa pública responsável pela gestão dos portos paranaenses, que são cedidos ao Estado pela União por meio de um convênio de delegação com vigência até 2027, podendo ser renovado.

O conselho de administração da entidade é formado por oito membros titulares e igual número de suplentes, podendo haver convidados para as reuniões. O presidente da APPA, por exemplo, participa de todas as reuniões do Conselho na condição de convidado. Esse Conselho tem como prerrogativa aprovar todas as decisões administrativas da empresa. Ao presidente do Conselho cabe conduzir essas reuniões, podendo incluir ou excluir itens da pauta de discussão.

Este conselho é formado por representantes dos funcionários dos portos, do setor produtivo e do gover-

no estadual. Na condição de conselheiro, Camargo era representante do setor produtivo. Agora na condição de presidente, continuará a encampar as demandas deste setor. “Com isso, a FAEP ocupa um espaço importante na política portuária do Estado. Vamos defender as questões, não só do agronegócio, mas da indústria e de todo setor privado do Paraná, assim como a garantia da eficiência dos portos”, adianta o novo presidente.

Experiência de longa data

A escolha de Camargo para a posição de presidente não ocorreu por acaso. Com amplo conhecimento da área, ele participa das atividades portuárias desde 2002, quando se engajou como participante do Conselho de Autoridade Portuária (CAP). “De lá para cá venho acompanhando tudo que diz respeito às atividades dos portos de Paranaguá e Antonina”, conta.

Ao longo desses 16 anos, os terminais portuários do Paraná passaram por grandes mudanças. “Quando chegamos não tinha dinheiro, o porto estava abandonado, o governo não investia. Tivemos que insistir em alguns investimentos fundamentais para a atividade, como o aprofundamento do canal de acesso, dos berços de atracação, aquisição de novos equipamentos e outras necessidades”, conta o novo presidente.

Segundo Camargo, isso começou a mudar a partir de 2012. “Houve obras dragagem, substituição dos shiploaders [equipamentos que transportam cargas de graneis até os navios], projetos para construção de novos berços de atracação, além dos dois novos berços criados no TCP”, pontua.

Ainda de acordo com Camargo, a chave para a mudança foi o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado (PDZPO) que “organizou o porto, agilizou os processos e deu um olhar para o futuro”, afirma Camargo. Essas mudanças contribuíram para o fim das filas de caminhões que marcaram durante anos as operações portuárias em governos anteriores.

Após pedido da FAEP, cadastro de produtor na Adapar será automático

Agricultores que usam defensivos agrícolas não precisarão fazer um novo registro, pois o IAP irá repassar os dados necessários que já constam no CAR



Ouçá o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

A FAEP obteve mais uma conquista para facilitar a vida do produtor rural. Dessa vez o trabalho da entidade resultou na assinatura de um termo de cooperação, no dia 20 de julho, entre a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Graças a esse procedimento, as duas entidades irão integrar suas bases cadastrais. Assim, os agricultores que usam defensivos agrícolas em suas atividades não precisarão fazer um novo cadastro na Agência, já que o órgão ambiental irá repassar todos os dados necessários que já constam no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Para entender os benefícios trazidos com a medida é

necessário voltar ao mês de maio de 2018, quando foi publicada a Portaria 101, da Adapar. Esta regulamenta a prescrição de receitas agrônômicas com assinatura digital do profissional de agronomia, a assinatura eletrônica em receitas prescritas via Siagro, institui a figura do usuário de agrotóxicos certificado e prevê que, no prazo de um ano, a venda de agrotóxicos será permitida apenas a usuários cadastrados. “As medidas instituídas pela Portaria nº 101/2018 são importantes para aprimorar o controle so-



bre o comércio e uso de agrotóxicos utilizados na produção agropecuária e possibilitam a certificação dessa produção”, salienta o diretor de Defesa Agropecuária da Adapar, Adriano Riesemberg.

Considerando a quantidade de procedimentos burocráticos que os agropecuaristas já precisam cumprir em seu dia a dia, a FAEP interveio junto ao governo do Estado solicitando que fosse proposta uma solução que não exigisse mais uma ida dos agricultores a um órgão público. “Na área rural, as obrigações exigidas dos produtores são pesadas. Mais pesada ainda porque a grande maioria não mora nos centros urbanos, onde se situam os escritórios das instituições oficiais. Além disso, numa grande quantidade de municípios não existem esses escritórios onde o produtor possa pleitear os inúmeros serviços e certidões para desenvolver sua atividade”, aponta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Riesemberg reforça que, como a Adapar irá acessar o CAR, os proprietários rurais não precisam mais fazer nenhum novo cadastro. A partir da assinatura do termo de cooperação serão designados servidores para no prazo de três meses ser concluída a integração dos sistemas.

Riesemberg salienta, ainda, que muitos produtores já têm cadastro na Adapar. Assim ocorre com o produtor que, alguma vez, utilizou uma Guia de Transporte Animal (GTA), pois tem cadastro de exploração pecuária e também não precisa fazer o cadastro previsto na Portaria 101/2018. “Com a inte-

Integração irá ajudar produtor em outros procedimentos

A cooperação entre IAP e Adapar irá evitar o novo cadastro, além de proporcionar outros benefícios. Os servidores de cada instituição serão capacitados para manejar os métodos e informações a fim de aprimorar os processos de licenciamento e fiscalização ambiental das propriedades rurais.

Sobre isso, o presidente do IAP, Paulino Mexia, ressaltou que a iniciativa irá tornar a prestação de serviços por parte do Estado mais eficiente. “A Adapar faz fiscalização e certificação dos processos de produção e o IAP licencia os empreendimentos. Vamos trocar informações, o que temos do CAR e das propriedades rurais vamos passar para a Adapar”, explica Mexia.

Para o diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, a cooperação diminui os custos para o Estado e o trabalho para o produtor. “Basta ele se cadastrar em uma das entidades integradas para que tenha condições para executar suas atividades”, completa.

gração com o sistema CAR, terão que fazer o cadastro apenas o produtor arrendatário, que não tem exploração pecuária de interesse da defesa. Esses terão que fazer o cadastro em uma Unidade da Adapar”, comenta.

Modernizar

Essa unificação de sistemas que beneficia o produtor vai ao encontro do que determina o decreto nº 9360/18, assinado pela governadora Cida Borghetti, publicado em Diário Oficial no dia 23 de abril. A norma foi elaborada para diminuir a burocracia e facilitar o atendimento a todos os cidadãos paranaenses nos órgãos públicos do Estado. Uma das medidas é deixar de exigir dos usuários dos serviços públicos informações que já estão na base de dados do Estado. O objetivo é ampliar a eficiência do governo, facilitar a vida dos paranaenses e reduzir o tempo de resposta aos cidadãos.

Serviço

Quem tem cadastro na Adapar

A Adapar já tem um serviço disponível em seu site para os produtores consultarem se estão devidamente cadastrados na agência. Acessando o endereço www.adapar.pr.gov.br, em um banner na lateral direita da tela, há um link em que consta “Consulta de Produtor Rural – Portaria Adapar 101/2018”. Clicando nessa área se abre uma tela na qual há um espaço para digitar o CPF ou CNPJ e consultar a situação cadastral. Quando a integração for concluída, os proprietários e possuidores de imóveis rurais que fizeram o CAR constarão como em situação regularizada nessa consulta.

Quem não fez o CAR ou o cadastro na Adapar

No caso de o produtor ser um arrendatário, posseiro ou meeiro e nunca ter feito cadastro na Adapar, será necessário que ele vá até a Unidade da Adapar que tem circunscrição sobre o município onde se localiza o imóvel rural no qual fará uso de agrouímicos para efetuar gratuitamente o procedimento para cadastro de produtor, portanto seus dados pessoais (CPF e endereço) e indicando a propriedade, apresentando um dos seguintes identificadores: registro no INCRA, matrícula do imóvel, ITR, CAD PRO, número e lote de área de assentamento, ou conta de luz em nome do proprietário. O CAR é obrigatório e a data limite para preenchimento é dia 31/12/2018.

Propostas para o futuro da agropecuária estadual

FAEP entregou o 'Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022', elaborado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR/Sindicatos Rurais, aos três principais pré-candidatos ao governo do Estado



Como acontece a cada véspera de eleição para governador, a FAEP preparou um documento com propostas de interesses dos produtores rurais e outros elos da cadeia produtiva visando colaborar na construção dos planos de governo. O 'Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022' (o documento completo está disponível no site www.sistemafaep.org.br, no link Serviços) de 52 páginas, foi entregue pelo presidente da entidade, Ágide Meneguette, diretores e assessores

da Federação aos três principais pré-candidatos na corrida pela cadeira máxima no Palácio Iguazu, em Curitiba. A eleição está marcada para o dia 7 de outubro. Caso seja necessário segundo turno, a data agendada é 28 do mesmo mês.

O primeiro pré-candidato a receber o documento foi Osmar Dias (PDT), no dia 24 de julho. O ex-senador e ex-diretor de agronegócio do Banco do Brasil (BB) conversou com a diretoria sobre a situação atual do

agronegócio local e projetos futuros para impulsionar a atividade que tem peso significativo na economia estadual. "Esse documento é importante para dar direcionamento de políticas públicas. É uma grande contribuição da FAEP, que representa o principal setor da economia do Paraná, e será muito bem avaliado para incluímos no plano de governo", ressaltou Dias.

No mesmo dia, 24 de junho, a diretoria da FAEP esteve reunida com o deputado estadual Ratinho Júnior



Cida Borghetti irá utilizar propostas do documento da FAEP para o seu plano de governo

(PSD). Na ocasião, o pré-candidato ao governo estadual recebeu o plano com contribuições para o agronegócio, e aproveitou para destacar a necessidade de o Paraná alcançar o status de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, para acessar mercados que pagam mais. “Esse documento reúne os anseios dos produtores, que sabem bem as vontades e necessidades do campo. Esse documento elaborado pela FAEP é imprescindível para pensar o agronegócio e a sociedade de forma conjunta”, afirmou o deputado estadual.

No dia 25 de junho, a governadora Cida Borghetti (PP), também pré-candidata na disputa, recebeu o ‘Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná’. A governadora fez questão de discutir alguns aspectos da agropecuária paranaenses, como o término da vacinação contra Febre Aftosa e a necessidade de criar um grupo gestor, formado por entidades públicas e privadas, para dar dinamismo ao setor. “O agronegócio contribui muito para a questão governamental.

Esse documento reúne propostas e projetos para o desenvolvimento do Estado”, afirmou.

Nos três encontros, Meneguette convidou os pré-candidatos para apresentarem suas ideias, propostas e projetos durante o Encontro de Lideranças Sindicais, que será realizado pela FAEP no dia 13 de agosto, em Curitiba. O evento irá reunir lideranças sindicais rurais, diretores e secretários executivos dos Sindicatos Rurais do Paraná.

Plano Diretor

Com apenas 2,3% do território nacional, o Paraná é responsável por 12% de toda a produção rural do Brasil, o que faz do setor o grande motor da economia dos municípios do interior do Estado. Marca esta que se tornou possível após décadas de mobilização e trabalho dos produtores rurais.

O Sistema FAEP/SENAR-PR sempre foi um protagonista nesse sentido e, mais uma vez, toma a frente para garantir a prosperidade que vem do

campo. A entidade entregou aos pré-candidatos ao governo do Estado o ‘Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022’. Trata-se de um documento que reúne aspectos fundamentais para garantir que o setor siga firme nos trilhos do desenvolvimento.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, lembra que em um país com sistema econômico capitalista, caso do Brasil, o setor privado gera riqueza, renda, empregos e impostos, cabendo aos governos (municipais, estaduais e federal) criar as melhores condições possíveis para que a iniciativa privada cumpra com essa missão econômica e social. “Por abranger todo o Estado e, direta ou indiretamente, abranger praticamente toda a população, o agronegócio é um setor vital para a economia e a sociedade do Paraná e como tal merece um tratamento diferenciado”, defende o presidente.

O documento é dividido em três eixos. No primeiro há uma contextualização da importância do agro para a economia do Estado e para todos



Osmar Dias sabe da importância do desenvolvimento do agronegócio para a economia estadual

os paranaenses. No segundo tópico são trazidos objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio do Paraná. O terceiro capítulo, por sua vez, traz em detalhes as propostas para direcionar os trilhos do agronegócio em suas diversas áreas. Entre elas estão programas especiais, políticas públicas, segurança no campo, educação, estradas rurais, saneamento básico, habitação, comunicação, infraestrutura, biogás, bioenergia e abastecimento de eletricidade.

Grupo Estratégico do Agronegócio

Uma das principais propostas do documento é a criação de um Grupo Estratégico do Agronegócio, com a coordenação direta do governador e secretariado pela Agência de Desenvolvimento. Nessa instância, a partir de sua criação, serão planejadas e colocadas em prática ações para garantir investimentos no agronegócio, permeando todas as cadeias produ-

tivas, desde a produção no campo até o seu comércio e industrialização. Assim, com a devida autonomia e autoridade do novo órgão, será possível mobilizar todo o aparato do Estado para facilitar a implantação de projetos no setor, em conjunto com organizações da iniciativa privada (veja a proposta de funcionamento do na página 9).

“Pela sua importância, o agronegócio precisa ter um grupo gestor, formado por secretarias e setor privado, ligado diretamente ao governador para trabalhar estrategicamente programas, projetos e políticas públicas”, defende Meneguette. “Criar essa governança no Estado permite ter um fórum fixo para acelerar os processos, além das entidades parceiras darem respaldo técnico”, complementa.

A medida é primordial, na avaliação do Sistema FAEP/SENAR-PR, já que em função dos novos cenários do agronegócio do Paraná, a renda dos produtores rurais só irá aumentar se houver maior produtividade

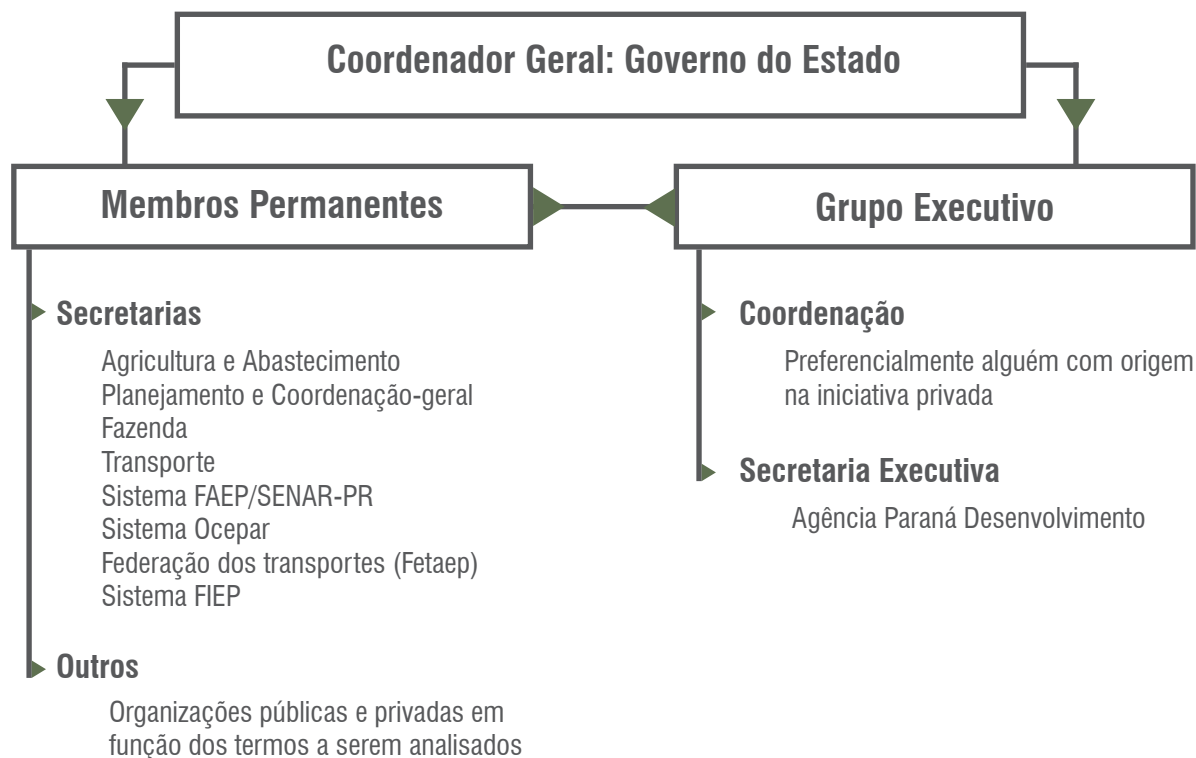
e acréscimo de valor agregado nas cadeias produtivas. O plano aponta que é urgente o Paraná estruturar e operacionalizar essa coordenação técnica e política para conduzir projetos e ações para o agronegócio, com maior eficácia, aproximando o Governo do Estado com os maiores interessados, representados pelas organizações dos produtores rurais e agroindústrias.

Agregar valor

Nos últimos anos, o Paraná teve estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e social, de forma a unir ações de governo com a iniciativa privada. Isso colocou o Estado em um novo patamar, mas é necessário manter essa tendência para que o crescimento possa seguir de modo sustentável. Um aspecto estratégico para isso é avançar para uma maior agregação de valor nos bens produzidos pelo agro, que ainda é, em muitos casos, um exportador de matérias-primas. Para alavancar o de-

Grupo estratégico para o agronegócio do Paraná

Objetivos: fazer análises e tomar decisões sobre políticas públicas, programas e projetos para o agronegócio.



envolvimento sustentável do Paraná, somente o agronegócio competitivo, a expansão e diversificação da agroindústria, poderão gerar crescimento econômico e social.

Uma das grandes conquistas do agronegócio nos últimos anos, com participação decisiva da FAEP, foi a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que desempenha um papel de suma importância ao Paraná na missão deste de conseguir acessar novos mercados internacionais para seus produtos. Para seguir nessa trilha de avanços na sanidade, algumas das propostas são a conclusão do processo de reconhecimento do Paraná como Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, finalização da estruturação da Adapar e continuidade das ações de fiscalização de fis-

calização de insumos agropecuários para garantir segurança a todos os envolvidos na cadeia produtiva.

O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) trouxe de volta ao Estado o papel de destaque nacional no assunto. Hoje já são mais de 22 entidades parceiras que se engajam na missão proposta pela iniciativa. Da mesma forma, a Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada (Rede Agro) tem contribuído para viabilizar programas e projetos que possam fomentar atividades nas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado: biotecnologia, tecnologias da informação e comunicação, insumos para a saúde, biocombustíveis, energia e agropecuária. A solicitação é que as duas iniciativas sejam mantidas e

tenham suas ações intensificadas por parte do governo do Estado.

O Sistema FAEP/SENAR-PR e o governo estadual implantaram nos últimos anos o Plano Integrado de Desenvolvimento de Bovinocultura de Corte no Paraná – Programa Pecuária Moderna. Diversos frutos já podem ser constatados em relação a essa força-tarefa em aspectos que têm como norte transformar o Estado em uma referência nacional na produção de carne bovina de qualidade diferenciada. Nesse sentido é necessário que o trabalho seja intensificado na próxima gestão e que sejam desenvolvidas ações para motivar mais produtores a aderirem ao programa.

No meio ambiente, foram inúmeras as conquistas obtidas na parceria entre poder público e iniciativa privada



Ratinho Júnior defendeu a participação da iniciativa privada em parceria com o poder público

nos últimos anos, no Paraná. Com o novo Código Florestal o Estado atualizou a sua legislação ambiental e deu solução a diversos impasses legais. Ainda há, no entanto, aspectos pendentes que precisam ser resolvidos para garantir segurança jurídica aos produtores. Entre eles está a implantação de pagamento por serviços ambientais, que está prevista em Lei, mas que ainda não foi concretizada. Há ainda pedidos para mudanças a serem promovidas pelo governo na conversão de multas do Ibama e na Compensação de Reserva Legal.

Dentro do aspecto de políticas públicas, o plano solicita a implantação de medidas visando o longo prazo às necessidades da população rural. São sugeridas medidas relacionadas a assuntos como aumento da segurança no campo, a inserção de disciplinas do agronegócio no ensino fundamental e médio para qualificar os paranaenses sobre a representatividade e importância do setor na economia. Também são mencionados pontos como melhoria na qualidade de es-

tradas rurais, de saneamento básico, de saúde pública, de habitação e de comunicação (internet e telefonia de qualidade).

Infraestrutura

Setor fundamental para dar continuidade ao ritmo intenso de desenvolvimento do Paraná em todos os setores, em especial o agronegócio, a infraestrutura tem papel de destaque entre as solicitações no plano diretor apresentado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. São necessários para um futuro próximo investimentos em grandes obras de transporte e energia.

Nas rodovias o pedido é para que o governo inicie imediatamente as negociações com o governo federal para renovar o convênio de delegação das rodovias federais do Anel de Integração para então lançar editais das novas concessões para evitar que as rodovias fiquem sem manutenção e as novas concessionárias possam o quanto antes iniciar as obras de duplicação. Necessariamente com

redução nas tarifas de pedágio. Nas ferrovias é preciso apressar estudos de viabilidade de bitola larga para se chegar a uma conclusão de para onde esse modal deve seguir.

Em relação à energia elétrica, há um caminho importante para ser percorrido em um curto prazo. Para isso é preciso concluir o quanto antes o programa de modernização e expansão da rede de distribuição da Copel na área rural. E também é preciso incentivar o uso de energias alternativas, especialmente a gerada com o biogás, biomassa, solar e eólica, já presentes em diversas regiões onde o agro é mais atuante. A agricultura e a pecuária, hoje, detém 96,7% do potencial de geração de energia limpa e renovável do Paraná, conforme dados do Observatório Sistema FIEP. Nesse sentido, uma das propostas do Sistema FAEP/SENAR-PR é implementar um programa visando solucionar o problema do meio ambiente e ao mesmo tempo aumentar a produção de energia e melhorar a renda dos produtores.

Produtores do Paraná investem mais em inovação

Linhas de crédito Moderagro e Inovagro tiveram aumento significativo no uso de crédito comparado ao ciclo anterior. Estado segue como maior tomador do país



voltadas à recuperação do solo e à defesa animal.

Já na linha Inovagro, a soma de empréstimos tomados pelos produtores saltou de R\$ 156,1 milhões em 2016/17 para R\$ 286,2 milhões em 2017/18, resultando em um aumento de 83,4%. O dinheiro dessa linha é utilizado para incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade e melhoria de gestão.

Jefrey Kleine Albers, economista do Detec, aponta que os dados sinalizam um comportamento do produtor paranaense de usar o crédito rural para promover inovações em suas propriedades e melhorar seus índices de produtividade e rentabilidade. “Ainda que os volumes totais sejam pequenos, esses dados demonstram que os produtores têm interesse e estão, a cada safra, buscando mais estas linhas específicas de financiamento” comenta.

Os produtores do Paraná investiram mais em inovação e tecnologia no ano safra 2017/18, que se encerrou no dia 30 de junho. É o que aponta nota técnica elaborada pelo Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, com base nos dados do Plano Agrícola e Pecuário 2017/18, disponibilizados pelo Banco Central. O documento mostra que as linhas Moderagro e Inovagro foram as que mais tiveram aumento na tomada de crédito no Estado. Além disso, o Paraná segue como o maior tomador de financiamentos do país, com 15,5% do total disponibilizado. O documento completo está no site www.sistemafaep.org.br, no link Serviços.

A Moderagro teve um total de contratações de R\$ 109,7 milhões na safra 2017/18, ante R\$ 49,6 milhões na temporada anterior, o que representa uma variação de 121,1%. Os recursos destinados a esse tipo de financiamento servem para projetos de modernização e expansão da produtividade nos setores agropecuários, e para ações

Maior tomador de crédito

Os produtores paranaenses foram os maiores tomadores de crédito rural do país no ano safra 2017/18. Dos 171,4 bilhões contratados em todo o território nacional, segundo o Banco Central, 15,5% (R\$ 26,5 bilhões) tiveram como destino o Paraná. Rio Grande do Sul (13,9%), São Paulo (12,6%), Minas Gerais (12,5%), Mato Grosso (10,3%) e Goiás (9,5%) completaram a lista dos primeiros colocados nesse ranking e, juntos, consumiram a maioria dos recursos, em torno de 75%.

Entre os R\$ 26,5 bilhões contratados pelos paranaenses, R\$ 14,6 bilhões foram para custeio, R\$ 4,2 bilhões para investimentos, R\$ 4 bilhões à comercialização e R\$ 3,7 bilhões em industrialização. Contratos agrícolas somaram R\$ 19,35 bilhões (73%) enquanto a pecuária contratou 27% do valor total, atingindo R\$ 7,23 bilhões.

Governo sanciona Lei que isenta ICMS de eletricidade gerada por produtores

Norma é destinada apenas à compensação de energia elétrica, por um prazo de 48 meses



Assista o vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

A governadora do Paraná Cida Borghetti sancionou a Lei nº 19.595, de 2018, que torna isenta de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços) a eletricidade gerada em micro e minigeração (até 1 megawatt – MW) no Paraná. A medida abrange todas as formas de geração de energia, inclusive no campo, já que com o apoio da FAEP, produtores têm planejado investimentos, cada vez mais, em biodigestores para transformar dejetos de animais em energia limpa, ou seja, em ativos o que seria um passivo ambiental. O texto foi publicado no Diário Oficial do Poder Executivo do Paraná no dia 12 de julho, sendo que a regulamentação da Lei deve ocorrer em 60 dias.

O texto prevê que é “isento o ICMS incidente sobre a energia elétrica fornecida pela distribuidora à unidade consumidora” por um prazo de 48 meses (quatro anos). A

norma é destinada apenas à compensação de energia elétrica. Assim, a Lei prevê que essa isenção deve ocorrer na quantidade correspondente à soma da energia elétrica injetada na rede de distribuição, ou seja, até o limite dos créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora ou em outra com o mesmo titular (CPF ou CNPJ iguais). Isso tudo nos termos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para Werner Hermann Meyer Junior, engenheiro agrônomo do Sistema FAEP/SENAR-PR, a Lei é um avanço para os produtores que já têm ou que pretendem investir em micro e minigeração de energia elétrica. “É preciso esclarecer que



o empreendedor que investir nesse ramo precisa ficar atento ao fato de a isenção ter um prazo. Em pequenos projetos a isenção do ICMS [25% ou 29%, dependendo do perfil do usuário] pode representar a viabilidade ou não do projeto. Ou seja, é necessário estar ciente de que o benefício da isenção tem prazo. E, posteriormente, garantir viabilidade mesmo se houver a exigência de se recolher o ICMS”, aconselha.

O engenheiro agrônomo lembra que o fato de a isenção ter um prazo pré-determinado é uma exigência do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com o intuito de não gerar competição desleal entre os Estados brasileiros. Outras unidades da federação inclusive adotaram estratégias diferentes nesse aspecto, como por exemplo a isenção total no primeiro ano e depois isenção parcial caindo gradativamente anualmente até chegar a zero. “Não é o caso do Paraná, que adotou a isenção integral. Nada impede que essa Lei volte a ser discutida no futuro e, talvez, haja prorrogação e/ou mesmo isenção permanente, mas os produtores precisam se planejar para não ficarem dependentes disso”, completa Meyer.

O consultor do Sistema FAEP/SENAR-PR Nilson Hanke Camargo avalia que a geração de energia em micro e minigeração é uma tendência irrefreável com o avanço das

tecnologias envolvidas no setor e a crescente demanda por energia. “Sem dúvida, qualquer isenção de ICMS é muito importante para garantir a competitividade e viabilidades dos investimentos. O futuro da nossa sociedade caminha para que cada um produza, pelo menos, parte da sua energia. E no meio rural isso é ainda mais evidente”, aponta.

Mobilização

Nos últimos anos, a FAEP vem puxando os debates em torno da geração de biogás a partir de dejetos de animais. Essa mobilização foi decisiva para a publicação do marco regulatório do Biogás do Paraná, em maio, depois de inúmeras reuniões e visitas técnicas.

Em 2017, a Federação realizou uma série de quatro viagens técnicas que levou 142 pessoas à Europa para conhecer a produção de energia com o reaproveitamento de resíduos agropecuários. Lá foi possível verificar modelos consolidados de utilização do que, em muitos casos, é um passivo ambiental, para gerar eletricidade e biofertilizantes. Entre as pessoas que viajaram estavam técnicos, produtores rurais, líderes sindicais, secretários de Estado e representantes de órgãos governamentais e de empresas privadas.

CRÉDITO

Taxa pós-fixada no crédito rural é adiada para outubro

Produtores podem pesquisar taxas de juros menores nas instituições financeiras

A resolução nº 4.674, de 26 de junho de 2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), desobrigou as instituições financeiras de operar com a taxa de juros pós-fixada até 30 de setembro de 2018, devido ao período necessário para adequações nos sistemas. A alternativa de o produtor escolher entre a taxa pré-fixada ou pós-fixada estará disponível após 1º de outubro, quando parte significativa dos financiamentos de custeio da safra de verão já estará contratada em diversas regiões do país.

Porém, as taxas pré-fixadas do crédito rural de custeio e investimento estão definidas com percentuais máximos com taxas de até 6% ou até 7% na maioria das linhas, havendo condições especiais de taxas de até 5,25% como

em investimentos do ABC para recompor áreas de Reserva Legal ou APP, ou taxas superiores, de até 7,5%, como no Moderfrota.

O importante é que os produtores fiquem atentos a essa regra que incluiu o termo “até”, colocando um limitador máximo para cada linha, mas que abre o precedente para que bancos e cooperativas de crédito ofereçam taxas de juros menores que esses percentuais, dependendo da fonte de recursos que será utilizada.

Como há uma competição acirrada entre as instituições financeiras para ofertar crédito rural, os produtores têm a oportunidade de buscar a instituição que oferece os melhores serviços, atendimento e taxa de juros.

O PAPEL DO PAPEL NA EVOLUÇÃO DA HUMANIDADE

Apesar dos avanços tecnológico, o produto se faz presente na vida das pessoas, e contribui diretamente para os avanços da civilização ao longo da história

Apesar do mundo tecnológico e globalizado em que vivemos, é difícil pensar na humanidade sem papel. Ao longo dos séculos, décadas e anos, o papel se fez fundamental na vida das pessoas. Inclusive, o papel vem sendo utilizado para contar a história da civilização. Os primeiros papéis que surgiram na história tiveram a finalidade de servir à escrita. Com o desenvolvimento dos métodos de reprodução, passaram a ser úteis para

disseminar ideias. A tecnologia refinou seus usos.

Nos primórdios, o ser humano registrava suas atividades gravando símbolos, desenhos e palavras em pedras ou em metais. Isso fez com que a comunicação gráfica dos registros não se extinguisse com o tempo. Os primeiros registros do papel têm como origem mais remota o papiro, planta nativa dos pântanos egípcios, que provavelmente começou a ser utilizada para gravações

três milênios antes de Cristo.

Como é conhecido hoje, o papel remonta à China do século II. Sua invenção foi anunciada ao Imperador Ho Ti pelo oficial da corte Cai Lun (Tsai Lun), no ano 150. Desde então, o invento influencia a vida de bilhões de pessoas. Por mais de 600 anos, os chineses mantiveram sigilo sobre o primeiro sistema de fabricação de papel, que usava fibras de árvores e trapos de tecidos cozidos e esmagados. A massa resultante era

espalhada sobre uma peneira com moldura de bambu e um pano esticado e submetida ao sol para um processo natural de secagem.

O segredo foi desvendado no ano 751, quando o exército árabe atacou a cidade de Samarcanda, dominada pelo império chinês. Técnicos de uma fábrica de papel foram presos e levados para Bagdá, onde se começou a fabricar papel, também sem se revelar a técnica. Até que, no século XI, a novidade foi introduzida pelos árabes na Espanha e espalhou-se pelo Ocidente.

Em 1440 ocorreu um salto importante, quando Johannes Gutenberg inventou a imprensa, o que tornou os livros acessíveis ao grande público. Isso demandou quantidades maiores de papel.

Durante boa parte de sua história, o papel foi fabricado a mão. Em meados do século XVII, os holandeses começaram a aplicar a força hidráulica para mover grandes pedras que, movidas umas contra as outras, melhor pre-

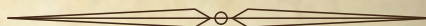
paravam as fibras para a produção de papel. Chamados de 'holandesas', esses moinhos são utilizados até hoje.

A primeira máquina para fazer papel foi inventada na França por Nicholas-Louis Robert, em 1799. Pouco tempo depois, os irmãos Fourdrinier apresentaram o método de produção contínua de papel, aperfeiçoado na Inglaterra. A tecnologia foi aprimorada ao longo do tempo. Na segunda metade do século XIX, quando a madeira substituiu trapos na produção de papel, as máquinas Fourdrinier ganharam mudanças importantes. Os avanços na composição química do papel transformaram a sua fabricação, que ganhou escala industrial. As máquinas se modernizaram e atingiram alto grau de automação e produtividade.

No Brasil, o papel começou a ser fabricado em 1809, no Rio de Janeiro. Chegou a São Paulo com o desenvolvimento industrial proporcionado pela vinda de imigrantes

europeus para trabalhar na cultura do café. Em sua bagagem, eles trouxeram conhecimento sobre o processo de produção de papel. Inclusive, o Brasil é um importante produtor mundial de papel e, além de abastecer o mercado doméstico, exporta produtos principalmente para países da América Latina, União Europeia e América do Norte.

O papel é um dos produtos mais consumidos no mundo. Como meio básico de educação, comunicação e informação para a maioria das pessoas, compõe livros, jornais, revistas, documentos e cartas e, assim, contribui para a transmissão do conhecimento. Serve, também, a um amplo espectro de usos comerciais e residenciais, a exemplo das caixas para transporte de mercadorias, das embalagens que protegem alimentos e centenas de outros produtos, das folhas para impressão por computadores a uma variedade de produtos para higiene e limpeza.



Revogação do Zarc não impede acesso a crédito

FAEP orienta produtores de culturas perenes sobre como proceder nesses casos. No Paraná foi revogado o zoneamento da ameixa, citros, maracujá, nectarina, pera e pêssigo



crédito ao produtor rural quando existe indicação de plantio pelo Zarc”. Dentre as culturas que tiveram o Zarc revogado no Paraná estão ameixa, citros, maracujá, nectarina, pera e pêssigo.

Vale lembrar que, para realizar uma avaliação de risco corretamente, é necessário que o agente financeiro compreenda a metodologia utilizada no Zarc, que tem como principal parâmetro o Índice de Satisfação das Necessidades de Água da Cultura (ISNA), que reflete o suprimento de água da planta por meio da aplicação de modelos de balanço hídrico que identificam períodos de suprimento e falta de água disponível. No entanto essa metodologia não leva em conta condições específicas como sistema de produção, manejo, fertilidade do solo e genética. Dessa forma, não se pode aplicar às culturas perenes os mesmos critérios observados para as culturas anuais. Os pomares têm longa vida útil, de modo que é necessário captar financiamentos não apenas para implantar a cultura, mas também para sua manutenção.

No último ano, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) revogou diversas portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) referentes a culturas perenes, em sua grande maioria frutas. O Zarc é um instrumento que orienta a gestão de riscos na agricultura, indicando as áreas mais apropriadas para determinada atividade e as janelas para a produção. Com isso, muitos agentes financeiros condicionam a concessão de crédito rural à observância destes parâmetros.

Ocorre que esta prática não é obrigatória, conforme o Manual de Crédito Rural (MCR). Para orientar os produtores de culturas perenes como proceder nestes casos, o Departamento Técnico e Econômico (Detec) da FAEP elaborou uma nota técnica, onde esclarece que “Não existe menção no MCR quanto à vinculação direta do crédito rural com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Trata-se de decisão do agente financeiro de somente fornecer

Essa limitação metodológica, associada à falta de conhecimento da ferramenta por parte dos usuário vem causando prejuízos aos produtores rurais. Isso ocorre principalmente no momento em que o agente financeiro deixa de enquadrar uma operação de Proagro em Unidades da Federação onde não existe estudo de Zarc publicado para uma determinada cultura, e conseqüentemente não fornece crédito rural para o produtor.

A FAEP orienta que caso o produtor que tradicionalmente acessava o crédito rural para qualquer das culturas que tiveram o Zarc revogado esteja tendo dificuldade na liberação de recursos, entre em contato por meio do e-mail economico@faep.com.br. A mensagem deve trazer os seguintes dados: instituição financeira, agência, município, cultura, nome e CPF do produtor. Com isso, os técnicos da FAEP poderão verificar, junto aos agentes financeiros, a situação de cada caso.

Vagas abertas para proteger o meio ambiente

Curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas, do SENAR-PR, abre novas turmas

O curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas está com cinco novas turmas abertas. A iniciativa faz parte do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), que tem como objetivo retomar as práticas conservacionistas no Estado, unindo os setores público e privado para banir males como a erosão e a compactação do solo.

No dia 3 de setembro têm início as turmas em Ibiporã (região Norte) e Paranavaí (Noroeste). No dia 10 do mesmo mês acontecem em Ponta Grossa (Campos Gerais), Guarapuava (Centro-Sul) e Santa Tereza do Oeste (Oeste). São 14 módulos sendo 11 na modalidade Educação a Distância (EAD) e três módulos presenciais.

Prosolo

Criado pelo governo do Paraná em 2016, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e outras entidades ligadas ao agronegócio paranaense, o Prosolo tem como principal objetivo retomar as boas-práticas agrícolas no Estado como o Sistema Plantio Direto, adubação verde,

terraceamento e outras técnicas para garantir conservação do solo e da água, principais patrimônios dos produtores rurais.

Um dos pilares do programa é a capacitação de técnicos e produtores rurais. Para isso, o SENAR-PR disponibiliza o curso de Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas, que tem como público alvo engenheiros agrônomos, florestais e agrícolas e também técnicos agrícolas. Até o momento já foram realizadas 35 turmas deste curso. O programa também oferece o curso Manejo e Conservação de Solo, voltado aos produtores e trabalhadores rurais do Estado.

O objetivo com a capacitação dos técnicos é que exista mão-de-obra capacitada e disponível para a confecção de projetos de recuperação de solos. Os profissionais que concluem a formação são elencados no site do Prosolo (www.prosolo.pr.gov.br) onde consta o telefone para contato.

Para se inscrever no solo Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas acesse o site: www.senardigital.com.

Ibiporã	Início do curso 03/09/2018		
Paranavaí			

Encontros Presenciais	Módulo 8	Módulo 12	Módulo 14
Ibiporã	04 a 07/02/2019	22 a 25/04/2019	28/05/2019
Paranavaí			30/05/2019

Ponta Grossa	Início do curso 10/09/2018		
Guarapuava			
Santa Tereza D'Oeste			

Encontros Presenciais	Módulo 8	Módulo 12	Módulo Final
Ponta Grossa	18 a 21/02/2019	06 a 09/05/2019	11/06/2019
Guarapuava			12/06/2019
Santa Tereza D'Oeste			14/06/2019

Capacitação para mudar

Jovem troca o meio urbano pelo rural e melhora sua qualidade de vida depois de fazer curso de tratorista agrícola



Desde que iniciou suas atividades em 1993, o SENAR-PR sempre colocou a qualidade de vida da família do campo em primeiro lugar. No início, sua atuação tinha como foco a capacitação dos produtores para aplicação de agroquímicos, visando a saúde e segurança do trabalhador e o respeito pelo meio ambiente.

De lá para cá, os cursos se multiplicaram e hoje abrangem todas as cadeias produtivas do agronegócio, nas modalidades de Formação Profissional e Promoção Social. Em cada sala de aula está a chance de melhorar de vida, aumentar a renda e ampliar as oportunidades de trabalho. Essa transformação está ao acesso de todos, uma vez que os cursos do SENAR-PR são gratuitos. Basta procurar o sindicato rural ou o escritório regional do SENAR-PR mais próximo.

O jovem Jackson Luiz Silveira Correa, do município de Pinhão, na região Centro-Sul, é um exemplo de vida transformada pelo SENAR-PR. Ele conta que desde os 18 anos trabalhava na construção civil, onde a incerteza era a tônica dominante: “não tinha lugar certo. Eram oito meses num lugar, um ano em outro e assim era minha vida”, lembra.

Enquanto era solteiro, esse tipo de situação não o incomodava. Mas depois de casar e ter seu primeiro filho, a

estabilidade e a segurança começaram a fazer falta. “Aí começou a ficar mais difícil a vida. Sempre paguei aluguel, mais água, luz e compras. O gasto era alto”, conta. A situação se agravou em dezembro de 2017, quando ele sofreu um acidente de carro. “Estávamos vindo de Santa Catarina, chegando em Mangueirinha, batemos em uma capivara. Tivemos de ir a pé para casa”. Apesar dos danos terem sido apenas materiais, Jackson decidiu mudar de vida.

“Estava desempregado, aí fiquei sabendo do curso de tratorista do SENAR-PR por meio de um anúncio no rádio”, lembra. No começo do curso, realizado em abril deste ano, Jackson estava um

pouco descrente com a proposta, mas logo mudou de ideia. “Não tinha muita esperança no curso, mas fui fazer. Comecei a pegar gosto pelo trabalho”, conta o jovem, que estava descobrindo sua vocação para o trabalho rural.

Após a conclusão do curso ‘Trabalhador na operação e manutenção de tratores agrícolas - Tratorista Agrícola e implementos’, com duração de 40 horas, começaram a surgir propostas de trabalho. “Trabalhei no plantio de trigo, mas apenas de forma temporária. Então apareceu a oportunidade de trabalhar tirando leite e quebrando milho”, conta o trabalhador, que, junto com a esposa e o filho, se mudou para Mangueirinha, na região Centro-sul do Estado, atendendo a uma proposta de trabalho.

Hoje, a dificuldade de arcar com o aluguel ficou para trás. “Meu chefe me ofereceu uma casa para morar. Não pago mais aluguel e também tenho um pedacinho para plantar verduras. É muito mais vantajoso trabalhar no campo. E o mais importante é que estou ao lado da minha família”, afirma. Nesse processo, ele aponta o curso do SENAR-PR como um divisor de águas na sua vida profissional. “Só tenho a agradecer ao SENAR-PR que dá oportunidade para as pessoas terem chance de mudar de vida”.

Renegociação de dívidas com o BNDES

O Ministério da Fazenda divulgou a Portaria nº 344, de 17 de julho de 2018, que substitui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Essa mudança tem como finalidade o cálculo da subvenção econômica da União, na equalização das

taxas de juros para as renegociações de contratos de investimento junto ao BNDES. Muitas renegociações estão paradas em virtude desta inadequação das taxas de juros que indexam os contratos no caso de prorrogações. Com a substituição da taxa, o BNDES fica liberado para realizar as renegociações com os produtores rurais que enfrentam dificuldades em quitar suas dívidas. Desta forma, a FAEP aguarda a publicação, por parte do BNDES, de uma Circular normatizando tais procedimentos.

Salão de eventos do Sindicato de Mariluz

No dia 14 de julho, o Sindicato Rural de Mariluz, inaugurou o seu Salão de Eventos. O espaço poderá ser utilizado para futuros eventos da entidade e também ficará à disposição da população. Na festa que reuniu 240 pessoas, o presidente do Sindicato Rural de Mariluz, Mar Sakashita, recebeu associados, produtores, lideranças da região e convidados.



Galeria de presidentes do Sindicato de Palotina

No 25 de julho, data do aniversário de Palotina, o Sindicato Rural inaugurou a galeria de presidentes para marcar 50 anos de fundação, completados em 2017. O presidente Nestor Araldi destacou que a galeria é uma forma de homenagear aqueles que se dedicaram no comando da entidade, fundada 6 de novembro de 1977. A gestão do Sindicato Rural iniciou com uma Junta Governativa, formada por Oscar Luiz Frozza, Onorato Paludo e Moacir Luiz Bogo. Na sequência foram presidentes Oscar Frozza (1977/1983), Altamiro Silveira

(Barbozinha – 1983/1985), Abel Antônio Domingues (1985/1986), Arnaldo Pradella (1986/1998) e Leo Luiz Pedron (1998/2001). Atualmente preside a entidade Nestor Araldi, que assumiu em 2001.



Valor da Terra Nua

O Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) divulgou o Valor da Terra Nua dos municípios do Paraná. Os preços médios pesquisados servem como referência para negociações nos municípios e é um dos principais itens da declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). A tabela com os valores médios de referência de todos os municípios do Estado está disponível no site do Sistema FAEP www.sistefafaep.org.br, no link Serviços.

**XAMBRÉ**

CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

O curso Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos aconteceu nos dias 24 e 25 de abril, por promoção do Sindicato Rural de Umuarama. A instrutora Silvia Lucia Neves capacitou 15 pessoas.

**CIANORTE**

MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Roçadeiras - roçadeira profissional, nos dias 5 e 6 de junho. O instrutor Xisto Roque Pazian Netto treinou 12 alunos.

**FOZ DO JORDÃO**

APICULTURA

Entre os dias 29 de maio e 5 de junho, o Sindicato Rural de Guarapuava realizou o curso Trabalhador na Apicultura – Apicultura I. O instrutor Joel Almeida Schmidt treinou 12 pessoas.

**CAMPINA DA LAGOA**

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O curso Trabalhador na Agricultura de Precisão - introdução à agricultura de precisão aconteceu entre os dias 28 e 30 de maio, por promoção do Sindicato Rural de Campina da Lagoa. Um grupo de 13 alunos foi capacitado pelo instrutor Mauro Cesar Volponi dos Santos.



JURANDA

NOVA DIRETORIA

No dia 16 de abril aconteceu a posse da nova diretoria do Sindicato Rural de Juranda. Nos próximos anos a entidade será comandada pela presidente Tereza Patek Roman e o vice-presidente Nery Luiz Demeneck.



CENTENÁRIO DO SUL

CORTE POLIVALENTE DE ÁRVORES

O curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores, promovido pelo Sindicato Rural de Centenário do Sul, capacitou quatro pessoas. O trabalho foi coordenado pelo instrutor Laércio Jorge Kubiak, entre os dias 4 e 8 de junho.



UBIRATÃ

COLHEDORA AXIAL

O Sindicato Rural de Uiratã promoveu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial - Norma Regulamentadora 31.12, entre os dias 4 e 8 de junho. A instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski treinou nove pessoas.



PARANACITY

TRATORES AGRÍCOLAS

O Sindicato Rural de Paranacity e a Usina de Açúcar Santa Terezinha promoveram o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - tratorista polivalente - prática operacional, entre os dias 4 e 15 de junho. O instrutor Claudio Rodrigues da Costa treinou um grupo de 12 alunos.

VIA RÁPIDA

Amor e ódio

Por culpa da genética, existem pessoas que odeiam o coentro. Isso porque a erva tem um componente que causa a repulsa pelo cheiro, e pode ser irreconhecível para o cérebro. Mas é possível reverter isso: basta enfrentar o coentro e experimentar diversos pratos.



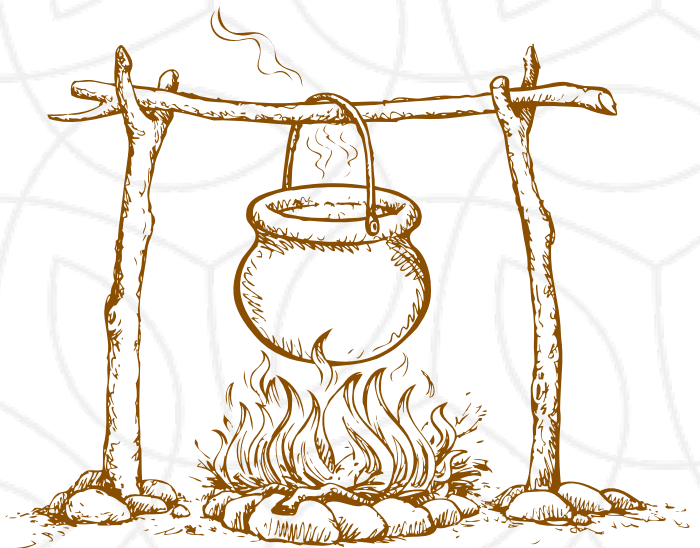
Rachadura Quilométrica

Se uma rachadura qualquer na parede já é preocupante, imagine uma na crosta terrestre. O Estado da Califórnia, na Costa Oeste dos Estados Unidos, está geologicamente localizado sobre um encontro de placas tectônicas, o que formou uma falha de 1,3 mil quilômetros, de Norte a Sul, conhecida como falha de San Andreas. A formação é tão temida que pode dividir o Estado em dois se houver um terremoto de alta intensidade.



Estrela sem proporção

A maior estrela conhecida pela ciência é a VY Canis Majoris, localizada na constelação Cão Maior, na Via Láctea. A modo de comparação, se o Sol fosse uma bolinha de tênis, a estrela seria um estádio de futebol. Apesar da sua magnitude, VY Canis Majoris não é visível a olho nu, pois há uma nebulosa que a esconde no céu.



Profissão mais antiga do mundo

Antes mesmo do agricultor aparecer, a profissão mais antiga é a de cozinheiro. Como? Os estudiosos encontraram indícios antes do aparecimento do homo sapiens. Grupos dos nossos antepassados eram nômades, portanto, cozinham o que encontravam e/ou caçavam.



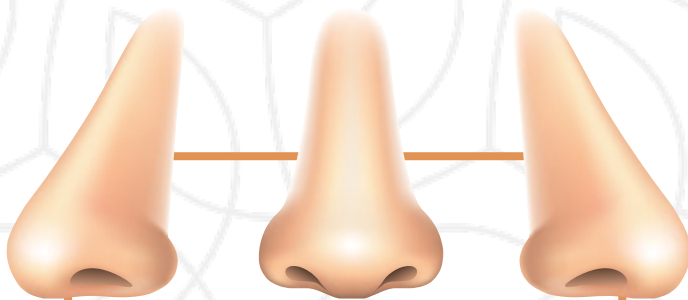
Bússola

O nome é italiano, e significa “caixa pequena”. Mas a sua origem é chinesa. Inventada no Século I, a primeira bússola tinha uma colher como ponteira e apontava sempre para o Sul. Somente no século XV que assumiu o formato clássico que conhecemos hoje.



Memória de elefante

O ditado popular é verdadeiro. Os elefantes podem se lembrar de fatos, pessoas, aromas e lugares por décadas. Isso porque esses animais são acostumados a percorrer grandes distâncias e podem formar grupos com até 100 indivíduos. É muita coisa para lembrar!



Senhor do próprio nariz

Além da genética, o que influencia o formato do nariz é a adaptação evolutiva ao clima. Narizes mais largos são mais comuns em climas quentes e úmidos, enquanto narizes finos aparecem com mais constância em climas secos e frios.

Bêbado confuso

O bêbado entra em um bar e pede:
- Ô meu, me dá seis copos de cachaça.
Ele vira os seis copos e faz novo pedido:
- Me dá agora quatro copos de cachaça.
Vira também e diz:
- Vamos fazer um teste. Me dá agora dois copos de cachaça.
Toma rapidinho, fica completamente tonto, bêbado e termina:
- Não tô entendendo nada, quanto menos eu bebo, mais eu fico de porre!



UMA SIMPLES FOTO





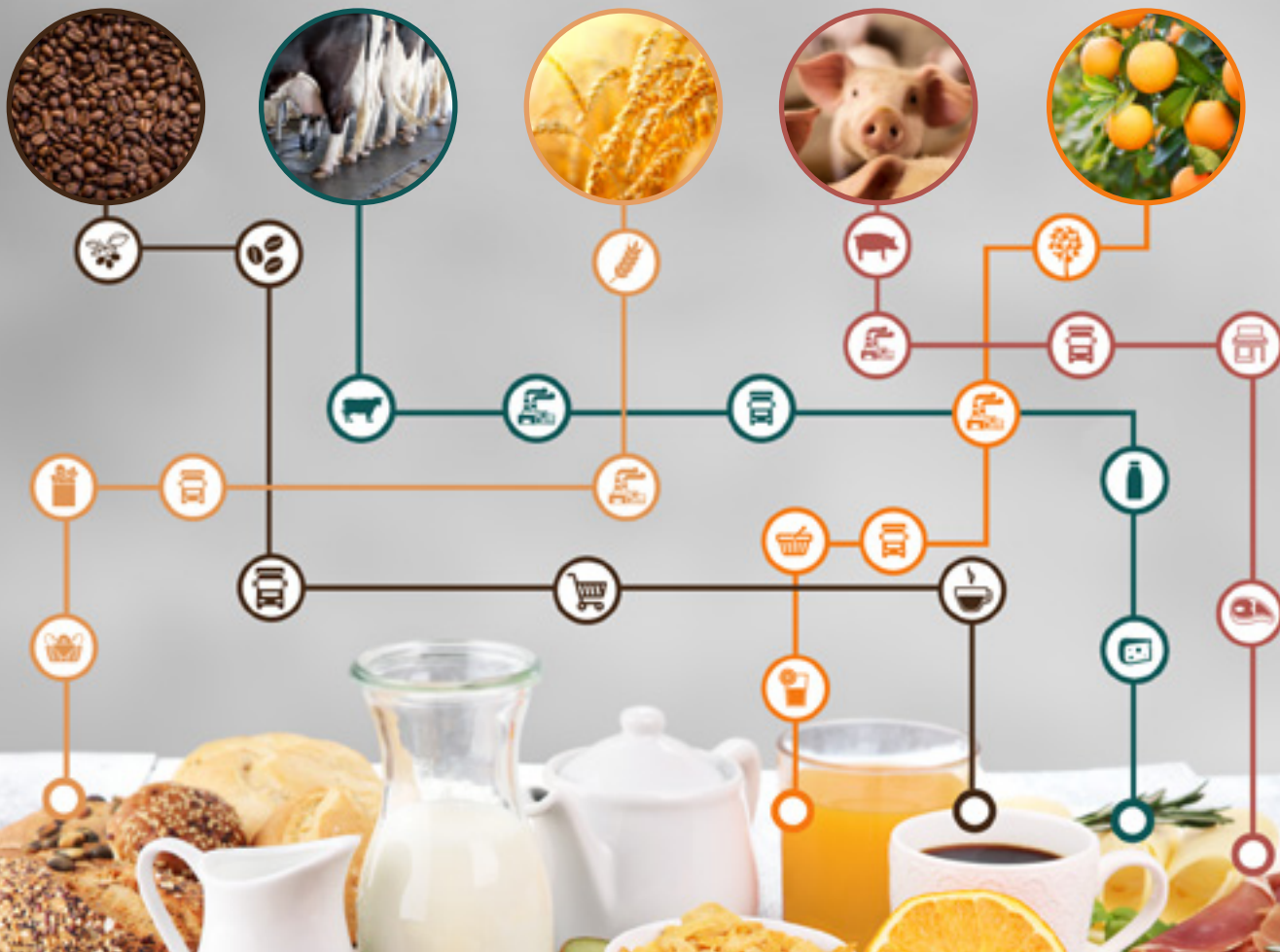
DO CAMPO

PARA A MESA



PARABÉNS,
PRODUTOR RURAL!
SEU ESFORÇO GARANTE
A MESA CHEIA TODOS
OS DIAS!

— 28 DE JUNHO —
**DIA DO
AGRICULTOR**



Assista o vídeo comemorativo no nosso site
sistemafaep.org.br

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço Insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

